

EDITAL DE PREMIAÇÃO DE TRAJETÓRIAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS Nº 01/2024

AUDIODESCRIÇÃO: A capa tem fundo branco. No canto superior esquerdo, o logotipo da PNAB - Política Nacional Aldir Blanc, com fonte estilizada de padrões geométricos que remetem aos elementos da bandeira brasileira, em azul, verde, amarelo e vermelho. Logo abaixo, em letras menores azuis, "ALDIR BLANC", e "RIO GRANDE DO NORTE", em verde. Ao centro, em grandes letras verdes, "EDITAL DE PREMIAÇÃO DE TRAJETÓRIAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS Nº 01/2024". Da lateral direita despontam duas faixas em diagonal, que culminam com estrelas, uma maior vermelha com estrela vermelha, e outra menor azul com estrela amarela. No rodapé, os logotipos da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Ministério da Cultura e Governo Federal do Brasil - União e Reconstrução.

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO**

CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO Nº 01/2024

EDITAL DE PREMIAÇÃO DE TRAJETÓRIAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS

**POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE
FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**

Este edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pela [Lei Complementar nº 14.399/2022](#) (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura).

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma contínua.

As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes no estado do Rio Grande do Norte.

Deste modo, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e da Fundação José Augusto, torna público o presente edital elaborado com base na [Lei Complementar nº 14.399/2022](#) (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no [Decreto nº 11.740/2023](#) (Decreto de Regulamentação da PNAB), no [Decreto nº 11.453/2023](#) (Decreto de Fomento), na [Lei nº 14.903/2024](#) (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), na [Instrução Normativa nº 10/2023](#) (Ações Afirmativas e Medidas de Acessibilidade) e no [Decreto Estadual nº 33.681/2024](#) (regulamenta a aplicação e a gestão dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), recebidos pelo Estado do Rio Grande do Norte).

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	4
2. DAS DEFINIÇÕES	6
3. DA PREMIAÇÃO	9
4. QUEM PODE SE INSCREVER	10
5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER	12
6. INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS	13
7. POLÍTICAS AFIRMATIVAS	15
8. COTAS	16
9. PONTUAÇÕES EXTRAS	18
10. ETAPA DE ANÁLISE DE MÉRITO	20
11. HABILITAÇÃO	24
12. RESULTADO FINAL	28
13. TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL	29
14. DISPOSIÇÕES FINAIS	30

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Edital é a premiação de trajetórias artísticas e culturais individuais, das mais diversas expressões e linguagens artísticas, em reconhecimento a sua contribuição à memória, identidade e produção cultural do Rio Grande do Norte.

1.2. O edital é destinado às seguintes categorias:

- a) **Premiação de Mestras e Mestres:** prêmio para mestras e mestres das culturas populares tradicionais atuantes no Rio Grande do Norte, que tenham 60 anos ou mais de idade, no momento da inscrição;
- b) **Premiação de Reconhecimento de Trajetória Artística e Cultural:** prêmio para artistas e demais trabalhadores da cultura que atuam nas diversas expressões e linguagens artísticas e que vêm contribuindo de forma significativa para a cultura do Rio Grande do Norte ao longo dos anos;
- c) **Premiação de Juventude Transformadora:** prêmio para artistas, produtores ou outros agentes culturais que tenham entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, no momento da inscrição, e que desempenham um papel importante em ações de transformação em comunidades no Rio Grande do Norte.

1.3. O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo (exceto os tributos obrigatórios previsto em lei destinados ao pagamento do imposto de renda para pessoas físicas conforme previsto na legislação vigente), ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida e sem prestação de contas, conforme autoriza a [Lei nº 14.903/2024](#).

1.4. Este edital é composto pelas seguintes etapas:

- a) **Inscrições:** etapa de apresentação das trajetórias artísticas e culturais pelos proponentes;
- b) **Análise documental e de mérito cultural:** etapa em que a comissão de pareceristas avalia as iniciativas, conforme documentações obrigatórias para inscrição e critérios de avaliação estabelecidos neste edital;
- c) **Habilitação:** etapa em que os proponentes convocados, após o resultado da análise de mérito, deverão apresentar os documentos de habilitação;
- d) **Envio e conferência das certidões:** etapa em que será verificada a documentação fiscal e demais documentos necessários para assinatura do Termo de Premiação Cultural;

- e) Assinatura do Termo de Premiação Cultural: etapa em que os proponentes contemplados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural; e
- f) Pagamento dos contemplados: etapa em que os proponentes contemplados que assinaram o Termo de Premiação Cultural receberão o recurso.

1.5. O Edital se orientará pelo seguinte cronograma:

ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO		
1	Inscrição das propostas	30 de novembro a 19 de dezembro de 2024
2	Análise documental e análise de mérito cultural	20 de dezembro de 2024 a 27 de janeiro de 2025
3	Divulgação do resultado provisório da análise de mérito	28 de janeiro de 2025
4	Recebimento dos recursos	29 a 31 de janeiro de 2025
5	Julgamento dos recursos	03 a 10 de fevereiro de 2025
6	Divulgação do resultado final da análise de mérito	11 de fevereiro de 2025
7	Recebimento dos documentos da etapa de habilitação	12 a 18 de fevereiro de 2025
8	Habilitação e diligência dos documentos	19 de fevereiro a 10 de março de 2025
9	Aferição das políticas afirmativas	24 a 26 de fevereiro de 2025
10	Divulgação do resultado provisório da habilitação	11 de março de 2025
11	Recebimento dos recursos	12 a 14 de março de 2025
12	Julgamento dos recursos	17 a 21 de março de 2025
13	Divulgação do resultado final	22 de março de 2025
14	Envio e conferência das certidões	24 a 26 de março de 2025
15	Assinatura do Termo de Premiação Cultural	31 de março a 02 de abril de 2025

16	Diligência dos Termos de Premiação Cultural	03 a 04 de abril de 2025
17	Realização dos pagamentos	A partir de: 29 de abril de 2025
18	Realização dos pagamentos dos Termos de Premiação Cultural diligenciados	A partir de: 05 de maio de 2025

As datas constantes no cronograma são passíveis de ajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através da plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.

2. DAS DEFINIÇÕES

Expressões técnicas e jurídicas utilizadas neste edital:

- 2.1. Ações de transformação:** atividades, ações e projetos que geram impacto social, cultural, econômico, de empoderamento, de combate a racismo, capacitismo, etarismo e homofobia, assim como a quaisquer formas de preconceito de origem, etnia, gênero, cultural, religioso ou outras formas de discriminação, entre outras atividades, e que tenham gerado mudanças significativas dentro de seus bairros e comunidades por meio das diversas expressões artísticas e culturais no Rio Grande do Norte.
- 2.2. Agente Cultural:** pessoa física ou jurídica atuante na arte ou na cultura, tais como microempreendedor individual (MEI), empresário individual, organização da sociedade civil, sociedade empresária, sociedade simples, sociedade unipessoal ou outro formato de constituição jurídica previsto na legislação. A definição de agente cultural abrange os artistas, os produtores culturais, os coletivos culturais sem constituição jurídica, os mestres e mestras da cultura popular, os curadores, os técnicos, os assistentes e outros profissionais dedicados à realização de ações culturais.
- 2.3. Culturas Populares Tradicionais:** conjunto de expressões artístico-culturais originadas ou predominantes em grupos rurais, isolados, de regiões em desenvolvimento ou das periferias urbanas. São dotadas de referências estéticas e afetivas importantes para a construção de identidades locais, regionais, nacionais ou internacionais e, geralmente, são transmitidas de geração a geração, estruturando-se sobre raízes ancestrais numa temporalidade de média e longa duração histórica. São exemplos: povos

tradicionais, artesanato, capoeira, circo, movimentos de carnaval, movimentos juninos, forró de raiz, literatura de cordel, teatro de bonecos, mestres e mestras juremeiras, rezadeira, benzedeira, curandeira, medicina popular, vendedor de ervas, coquista, araruna, caboclinho, bambelô, coco de zambê, embolador de coco, rabequeiro, fandango, lapinha, pastoril, aboiador, dramista, chegança, teatro popular, danças populares, artes plásticas populares, bandeirinha, bandas e fanfarras, ciranda, coco, samba de véio, bordejos, puxada de rede, entre outras práticas da cultura popular potiguar.

- 2.4. Currículo ou portfólio:** é um relato em documento das principais atividades desenvolvidas pelo artista/coletivo/grupos ou organizações, acompanhado com datas, locais, publicações, como textos, fotos, vídeos, cartazes, folhetos, programas, jornais, revistas, blogs, sites, redes sociais, cartas de referência, declarações de terceiros ou outros documentos que registrem sua atuação na cultura.
- 2.5. Grupos afirmativos:** são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, entre outros fatores de vulnerabilidade, sendo integrados nas políticas afirmativas dos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades. São eles: pessoas negras (pretas ou pardas), mulheres (cis, trans/travesti), indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, pescadores, pessoas em situação de rua, artistas circenses, parquistas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, refugiados, apátridas, migrantes, lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queer/questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias, andróginos, gênero fluido ou outra variabilidade.
- 2.6. Iniciativas ou manifestações artísticas e culturais:** são expressões de pessoas ou grupos que compartilham suas identidades, valores, crenças e tradições. Elas incluem atividades como música, dança, teatro, literatura, artes visuais, artesanato, festividades, rituais, atividades tradicionais, entre outras.

- 2.7. Mestras e Mestres das Culturas Populares e Tradicionais:** agentes culturais, acima de 60 anos, reconhecidos por seu notório conhecimento de saberes e fazeres, nos diferentes segmentos, manifestações culturais e linguagens artísticas e que desempenham um papel fundamental na salvaguarda e perpetuação das manifestações tradicionais nas comunidades em que atuam.
- 2.8. Proponente:** é o agente cultural (pessoa física ou jurídica - no caso MEI) que realizará a inscrição e será responsável pela iniciativa frente ao Edital.
- 2.9. Pessoa com Deficiência:** aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da [Lei nº 13.146/2015](#).
- 2.10. Pessoa Idosa:** pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- 2.11. Povos e Comunidades Tradicionais:** são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme [Decreto nº 6.040/2007](#). São exemplos os povos indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, pescadores artesanais, dentre outros.
- 2.12. Pessoas LGBTQIAPN+:** são lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queer/questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias, andrógine, fluido ou outra variabilidade.
- 2.13. Representante legal:** pessoa física que representa uma entidade ou uma empresa, sendo indicado no contrato social ou estatuto social, e responsável legalmente pela iniciativa inscrita no Edital.
- 2.14. Trajetória artística e cultural:** é o conjunto de realizações e vivências de um agente cultural ao longo de sua história. Refere-se aos saberes e fazeres por

ele desempenhados em diversas iniciativas ou manifestações artísticas e culturais.

- 2.15. Vagas remanescentes:** são aquelas que não foram preenchidas durante as etapas regulares de seleção do edital.

3. DA PREMIAÇÃO

- 3.1.** Serão premiadas **89** iniciativas e distribuídas a partir das seguintes categorias:

Categorias		Total de prêmios
1	Mestras e Mestres das Culturas Populares Tradicionais	35
2	Reconhecimento de Trajetória Artística e Cultural	30
3	Juventude Transformadora	24

- 3.2.** Os prêmios serão distribuídos entre as regiões do Agreste, Central, Leste e Oeste Potiguar, de acordo com especificações contidas no **Anexo 02**.
- 3.3.** A lista dos municípios pertencentes às regiões do Agreste, Central, Leste e Oeste Potiguar pode ser visualizada também no **Anexo 02**.
- 3.4.** A divisão de prêmios por região/município será aplicada de acordo com a informação prestada pelo proponente no ato da inscrição, na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br. A apresentação do comprovante de residência acontecerá apenas na etapa de habilitação.
- 3.5.** Caso a vaga destinada a uma determinada região não seja preenchida, devido ao número insuficiente de inscrições ou de pontuação, a vaga será remanejada a proponente de outra região, dentro da mesma categoria e reserva de vagas - cotas ou ampla concorrência, respeitando a ordem de classificação.
- 3.6.** No caso de não haver inscrições suficientes de iniciativas selecionadas para o preenchimento das vagas de alguma categoria, as premiações restantes deverão ser destinadas a outra categoria, independentemente de região, observada a ordem de classificação, desde que o recurso seja suficiente para contemplar proponentes da lista de suplência.

3.6.1. As possíveis sobras de recursos deste edital serão somadas aos rendimentos bancários da aplicação financeira da PNAB RN, com a possibilidade de serem aproveitadas durante o processo de remanejamento ou direcionadas novamente para outros editais de fomento da PNAB RN.

3.7. Os valores correspondentes a cada categoria seguirá o disposto abaixo:

- a) Para Mestras e Mestres, cada proponente contemplado receberá o valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais);
- b) Para Reconhecimento de Trajetória Artística e Cultural, cada proponente contemplado receberá o valor de **R\$12.000,00** (doze mil reais);
- c) Para Juventude Transformadora (18 a 29 anos), cada proponente contemplado receberá o valor de **R\$10.000,00** (dez mil reais).

3.7.1. O valor do prêmio recebido por pessoa física sofrerá retenção de tributos diretamente na fonte, calculados com base na tabela do Imposto de Renda vigente em 2024.

3.7.2. O valor do prêmio recebido por pessoa jurídica não sofrerá retenção de tributos diretamente na fonte, correspondendo ao valor bruto, cabendo ao contemplado declarar e recolher o Imposto de Renda devido.

3.8. O valor total destinado para este edital é de **R\$1.125.000,00** (um milhão e cento e vinte e cinco mil).

3.9. Caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

4. QUEM PODE SE INSCREVER

4.1. Cada uma das categorias possui critérios diferentes para a participação:

4.1.1. Premiação de Mestras e Mestres: qualquer agente cultural, com 60 (sessenta) anos ou mais, no momento da inscrição, com relevante contribuição artística ou cultural no estado do Rio Grande do Norte, residente em município potiguar e com atuação cultural comprovada,

e que pertença a povos e comunidades tradicionais ou manifestações das culturas populares e tradicionais;

4.1.2. Premiação de Reconhecimento de Trajetória Artística e Cultural:

qualquer agente cultural, maior de 18 anos, com relevante contribuição artística ou cultural no estado do Rio Grande do Norte, residente em município potiguar e com relevante atuação cultural comprovada em alguma das diversas expressões e linguagens artísticas como música, teatro, dança, circo, literatura, artes visuais, fotografia, cinema, incluindo as áreas técnicas e demais trabalhadores da cultura, tais como bilheteiros, cenógrafo, iluminadores, operadores de som, diretores, produtores, costureiras, continuístas, câmeras, eletricitas, barreira, capataz, cabeleireiros, maquiadores, figurinistas, cozinheiros, pipoqueiros, assistente de produção, roadies, dentre outras.

4.1.3. Premiação de Juventude Transformadora:

qualquer agente cultural que tenha entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, no momento da inscrição, residente em município potiguar e com relevante atuação cultural comprovada, que desempenhe um papel importante em ações de transformação e que tenha gerado mudanças significativas dentro de seus bairros e comunidades por meio de expressões artísticas e culturais no Rio Grande do Norte.

4.2. O proponente deve comprovar a sua atuação profissional no estado do Rio Grande do Norte, de acordo com a categoria de inscrição, cujas atividades poderão ser consecutivas ou não, ou seja, os anos de atuação podem ter sido contínuos (seguidos sem interrupção) ou podem ter sido acumulados ao longo do tempo, conforme orientações contidas no roteiro de inscrição (**Anexo 03**).

4.3. Em regra, o proponente pode ser:

- a) Pessoa física; ou
- b) Microempreendedor individual;

4.4. No caso de Microempreendedor individual, somente serão aceitas inscrições de CNPJ cuja finalidade cultural esteja expressa nas atividades previstas em seu CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas).

4.5. A inscrição de candidatos poderá ser realizada pelo próprio interessado ou por terceiros.

4.5.1. Em caso de inscrição realizada por um representante, é obrigatória a apresentação da Carta de Anuência (**Anexo 08**) da mestra, mestre, artista, trabalhador da cultura ou jovem transformador reconhecendo uma pessoa como responsável pela inscrição e gerenciamento da candidatura de premiação, assim como pelo recebimento dos recursos da premiação.

4.5.2. No caso de inscrição realizada por um representante, todos os documentos, exceto os referentes às políticas afirmativas, devem ser em nome do representante responsável pela inscrição.

5. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

5.1. Não podem se inscrever e ser proponentes neste Edital os agentes culturais que:

- a)** tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- b)** sejam membros da comissão de análise de mérito cultural, comissão de aferição das declarações comprobatórias de pertencimento étnico e de povos e comunidades tradicionais e/ou membros da banca de heteroidentificação, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c)** sejam chefes do poder executivo (governadores, prefeitos), secretários de estado ou de município, membros do poder legislativo (deputados, senadores, vereadores), do poder judiciário (juízes, desembargadores, ministros), do ministério público (promotor, procurador); do tribunal de contas (auditores e conselheiros), bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e
- d)** exerçam cargo, função ou emprego, ainda que terceirizados, no âmbito do órgão executor da PNAB no estado do Rio Grande do Norte (SECULT/RN), órgão vinculado (FJA) ou órgão responsável pela análise técnica (PGE/RN), bem como

seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2. Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

5.3. Integrantes do Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e” do item **5.1**.

5.4. A participação de agentes culturais nas escutas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do Edital.

6. INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. As inscrições deste Edital são gratuitas e devem ser realizadas exclusivamente por meio da plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, entre os dias **30 de novembro a 19 de dezembro de 2024, até às 23:59:59 (horário de Brasília)**.

6.2. Para conclusão da inscrição, conforme descrito no **Anexo 01**, o proponente deve preencher um formulário online na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, onde devem constar as suas informações básicas, além de enviar obrigatoriamente os seguintes documentos:

- a)** Roteiro de Inscrição (**Anexo 03**);
- b)** Currículo ou portfólio com materiais que comprovem a trajetória artística e cultural do proponente (ou do agente cultural representado para inscrições por terceiros);
- c)** Autodeclaração para políticas afirmativas (**Anexo 04**) - para agentes culturais que desejam concorrer por cotas ou solicitar pontuação extra;
- d)** Carta de Anuência (**Anexo 08**) - para agentes culturais representados por terceiros.

6.3. As comprovações citadas na alínea “b” do item **6.2** podem ser feitas por meio de declarações, certificados, depoimentos, fotos, vídeos, matérias de jornais, entre outros materiais.

6.3.1. Para as comprovações será possível anexar na plataforma até 03 arquivos de diferentes formatos, podendo ser: PDF ou áudio ou vídeo

ou fotos ou links. Caso a quantidade de arquivos que o proponente queira enviar seja maior do que a permitida pela plataforma, será necessário reunir todos os documentos em um único PDF ou link.

a) Para comprovações enviadas em formato PDF, o arquivo não poderá exceder o tamanho de 10mb.

b) Para comprovações enviadas em formato de fotos, áudio ou vídeo, o arquivo não poderá exceder o tamanho de 100mb.

6.4. A inscrição poderá ser realizada de forma semi oral, por meio de áudio ou vídeo. Para isso, o proponente deverá preencher as informações básicas na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br e, em seguida, anexar o Roteiro de Inscrição (**Anexo 03**) em formato de áudio ou vídeo.

6.4.1. O Roteiro de Inscrição em áudio ou vídeo deverá responder a todas as perguntas constantes do **Anexo 03**. O arquivo deverá ter até 12 minutos e não poderá exceder o tamanho de 500mb. Serão aceitos, preferencialmente, arquivos em formatos: mp3, aiff, mp4 e mov.

6.4.2. Os proponentes que necessitarem de auxílio poderão entrar em contato pelo e-mail pnabrnpremiacao@secult.rn.gov.br ou pelo WhatsApp: **84 98614-4427**.

6.5. Cada proponente pode realizar apenas 01 (uma) inscrição neste edital.

6.5.1. Caso o proponente necessite cancelar ou corrigir a proposta já enviada, deverá realizar o cancelamento da primeira e iniciar nova inscrição.

6.5.2. Cada trajetória artística e cultural poderá ser inscrita apenas 01 (uma) vez e ser contemplada com apenas 01 (uma) premiação neste edital.

6.5.3. No caso de inscrição realizada por terceiros, caso o mesmo agente cultural seja inscrito por dois ou mais proponentes, todos serão desclassificados.

6.6. A Secretaria de Estado da Cultura não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de

acesso dos usuários e por eventuais problemas relativos à inscrição e visualização de todos os anexos, links e documentos enviados.

- 6.7.** Cada proponente é responsável pelo envio dos documentos, pela qualidade visual ou sonora, pelo conteúdo dos arquivos e pela veracidade das informações apresentadas na sua inscrição.
- 6.8.** As iniciativas inscritas que não enviarem as documentações descritas no item **6.2**, serão desclassificadas e não terão seus projetos avaliados na etapa de Análise de Mérito.
- 6.8.1.** Caso o proponente seja optante por concorrer por cotas ou pontuação extra e não envie a autodeclaração, no caso de cotas, a iniciativa será direcionada para a ampla concorrência, e no caso de pontuação extra, a iniciativa não receberá a pontuação extra solicitada na inscrição.
- 6.9.** Cada proponente, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica, poderá se inscrever em até **02 (dois)** editais de premiação do **Bloco I (Anexo 07)** lançado pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte com recurso da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB e ser contemplado em apenas **01 (um)** edital deste bloco.
- 6.10.** A Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte lançará 21 editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB nos quais, cada proponente, seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá aprovar no máximo **02 (duas)** propostas, desde que em blocos de editais distintos. A lista dos editais está descrita no **Anexo 07**.
- 6.10.1.** Se o proponente aprovar mais de **02 (duas)** propostas nos editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB lançados pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte, deverá renunciar aos demais projetos na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.

7. POLÍTICAS AFIRMATIVAS

- 7.1.** Este Edital, por meio do sistema de **cotas e pontuação extra**, de acordo com o Artigo 2º da Instrução Normativa MinC nº 10, de 28 de dezembro de 2023, assegura mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos afirmativos.
- 7.2.** Serão considerados grupos afirmativos aqueles que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, entre outras formas de vulnerabilidade, sendo integrados nas políticas afirmativas dos Editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades. São eles: pessoas negras (pretas ou pardas), mulheres (cis, trans/travesti), indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, pescadores, pessoas em situação de rua, artistas circenses, parquistas, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, refugiados, apátridas, migrantes, lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queer/questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias, andróginas, fluidos ou outra variabilidade.

8. COTAS

- 8.1.** Ficam reservadas cotas, neste Edital, obedecendo ordem de classificação, pontuação e demais requisitos, desde que haja inscrições suficientes na categoria, para os seguintes grupos afirmativos de acordo com as porcentagens:
- a)** 25% das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas);
 - b)** 10% das vagas para pessoas indígenas; e
 - c)** 5% das vagas para pessoas com deficiência.
- 8.2.** Para concorrer às cotas o agente cultural deverá autodeclarar-se como pessoa negra, indígena ou com deficiência no ato da inscrição (assumindo a responsabilidade civil e penal sobre a declaração) e indicar para qual cota deseja concorrer, usando a Autodeclaração para Políticas Afirmativas, de que trata o **Anexo 04**.
- 8.2.1.** No caso de inscrição realizada por um representante, para ter acesso às cotas, é necessário que apenas mestra, mestre, artista, trabalhador da cultura ou jovem transformador pertença a um dos

grupos afirmativos, pois é ele que irá concorrer às cotas, devendo apresentar a autodeclaração no ato da inscrição.

- 8.3.** A autodeclaração poderá ser apresentada por escrito, em vídeo, áudio, em libras, ou em outros formatos acessíveis, não podendo exceder o tamanho de 100mb. Serão aceitos, preferencialmente, arquivos em formatos: mp3, aiff, mp4 e mov.
- 8.4.** Além de anexar o documento da autodeclaração, o proponente deve selecionar na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, por qual categoria de cotas deseja concorrer.
- 8.5.** Caso o proponente se encaixe em mais de uma categoria de cotas, deve escolher apenas uma, mas poderá solicitar pontuação extra pela(s) outra(s).
- 8.6.** Caso a candidatura seja selecionada na etapa de análise de mérito, o proponente deverá enviar, na etapa de habilitação, os documentos descritos no item **11.3** (fotos para pessoas negras, declarações para indígenas e um dos documentos listados para pessoas com deficiência).
- 8.7.** As candidaturas concorrentes às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar na ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas às cotas.
- 8.8.** Em caso de desistência de optante aprovado nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas, do mesmo grupo afirmativo de acordo com a ordem de classificação.
- 8.9.** Caso a vaga reservada à cota destinada a uma determinada região não seja preenchida, devido ao número insuficiente de inscrições ou de pontuação, a vaga será remanejada a proponente da mesma categoria e grupo afirmativo, porém de outra região, respeitando a ordem de classificação.
- 8.10.** Caso a vaga reservada à cota destinada a uma determinada categoria não seja preenchida, devido ao número insuficiente de inscrições ou de pontuação, a vaga será remanejada a proponente do mesmo grupo, respeitada a ordem de classificação.

- 8.11.** No caso de não existirem suficientes proponentes selecionados para o preenchimento das vagas de um dos grupos afirmativos, as vagas restantes deverão ser destinadas para outro grupo afirmativo de acordo com a ordem de classificação.
- 8.12.** Na hipótese de não haver proponentes inscritos para as vagas reservadas às cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.
- 8.13.** Se o agente cultural concorrente às cotas for reprovado na fase de habilitação, quando serão aferidas as autodeclarações, a proposta cultural será direcionada para a lista da ampla concorrência.

9. PONTUAÇÕES EXTRAS

9.1. Pontuações extras podem ser adicionadas para os seguintes grupos afirmativos:

- a)** pessoas negras (pretas ou pardas);
- b)** mulheres (cis ou trans/travesti);
- c)** pessoas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de pesca artesanal e nômades – artistas circenses e parquistas);
- d)** pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, queer/questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias, andrógine, fluido ou outra variabilidade);
- e)** pessoas com deficiência;
- f)** pessoas idosas;
- g)** pessoas em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- h)** pessoas refugiadas, apátridas e/ou migrantes no Rio Grande do Norte; e
- i)** pessoas residentes em território ou área de baixo IDH (**Anexo 06**).

9.2. As pontuações extras podem ser cumulativas e serão aplicadas de acordo com os seguintes critérios:

- a)** agentes culturais que atendam um a dois critérios do item **9.1** receberão um acréscimo de 5 (cinco) pontos em sua nota;
- b)** agentes culturais que atendam três a quatro critérios do item **9.1** receberão um acréscimo de 10 (dez) pontos em sua nota; e

c) agentes culturais que atendam cinco ou mais critérios do item **9.1** receberão um acréscimo de 20 (vinte) pontos em sua nota.

9.3. As pontuações extras terão um limite máximo de 20 (vinte) pontos por proposta e serão somadas à nota obtida na análise de mérito cultural.

9.4. Para solicitar as pontuações extras, o agente cultural deve se autodeclarar (assumindo a responsabilidade civil e penal sobre a declaração), usando a Autodeclaração para Políticas Afirmativas, de que trata o **Anexo 04**.

9.4.1. No caso de inscrição realizada por um representante, para ter acesso às pontuações extras, é necessário que apenas mestra, mestre, artista, trabalhador da cultura ou jovem transformador pertença a um dos grupos afirmativos, pois é ele que irá concorrer às pontuações extras, devendo apresentar a autodeclaração no ato da inscrição.

9.5. Além de anexar o documento da autodeclaração, o proponente deve selecionar na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, que pontuações extras deseja solicitar.

9.6. Caso a proposta seja selecionada na etapa de análise de mérito, o proponente deverá enviar, na etapa de habilitação, os documentos descritos no item **11.3** e subitens.

9.7. As pontuações extras serão retiradas na etapa de habilitação, caso o agente cultural não tenha a sua autodeclaração reconhecida pelas bancas de aferição ou comissão organizadora deste edital.

9.8. No caso de haver denúncia e/ou constatação de declaração falsa para concorrer às cotas e pontuações extras, será instaurado procedimento para a sua verificação e, apurada a falsidade, a proposta será inabilitada, além de aplicação de outras sanções administrativas e civis cabíveis, bem como penais previstas no Art. 299 do Código Penal.

9.9. Na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa após o recebimento do apoio financeiro, o proponente deverá devolver o montante recebido, estando sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis.

10. ETAPA DE ANÁLISE DE MÉRITO

- 10.1.** Análise de mérito é a maneira como são avaliadas as propostas culturais concorrentes em uma mesma categoria, realizada através da análise dos critérios deste edital e sua posterior pontuação. Os aspectos analisados nessa etapa referem-se tanto às características do agente cultural candidato como ao contexto sociocultural em que a sua trajetória artística e cultural se insere.
- 10.2.** Este Edital possui critérios gerais, comuns às três categorias de inscrição, e critérios específicos, relacionados com as particularidades de cada uma das categorias. A comissão de seleção vai avaliar e pontuar as candidaturas de acordo com os quadros a seguir:

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO						
CRITÉRIOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS	PONTUAÇÃO					
	AUSENTE	POUCO	SUFICIENTE	BOM	MUITO BOM	
1	Análise da trajetória artística do agente cultural, avaliando os anos de atuação e sua contribuição para o desenvolvimento, preservação e fortalecimento da cultura potiguar.	0	4	8	12	16
2	O agente cultural contribui para a(s) comunidade(s) ou território(s) em que atua, por meio de atividades voltadas para formação, com transmissão de conhecimentos ou técnicas a alunos ou aprendizes?	0	4	8	12	16
3	A trajetória do agente cultural gera impacto coletivo/comunitário e benefícios para a realidade	0	4	8	12	16

local?

PONTUAÇÃO MÁXIMA: 48

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS	PONTUAÇÃO					
	AUSENTE	POUCO	SUFICIENTE	BOM	MUITO BOM	
CATEGORIA I: MESTRAS E MESTRES						
1	Possui envolvimento com práticas ou conhecimentos tradicionais de determinado grupo ou comunidade e/ou dialoga com outras áreas do conhecimento e da vida social?	0	4	8	12	16
2	Tempo de Atuação comprovada Menos de 01 ano: 0 pontos De 01 a 05 anos: 4 pontos De 06 a 10 anos: 8 pontos De 11 a 15 anos: 12 pontos Acima de 15 anos: 16 pontos	0	4	8	12	16
CATEGORIA II: RECONHECIMENTO DE TRAJETÓRIA ARTÍSTICA E CULTURAL						
1	Possui consistência, singularidade, criatividade e reconhecimento público em sua trajetória?	0	4	8	12	16
2	Tempo de Atuação comprovada Menos de 01 ano: 0 pontos De 01 a 05 anos: 4 pontos De 06 a 10 anos: 8 pontos De 11 a 15 anos: 12 pontos Acima de 15 anos: 16 pontos	0	4	8	12	16

CATEGORIA III: JUVENTUDE TRANSFORMADORA

1	As atividades desenvolvidas são voltadas para populações em situação de vulnerabilidade e visam a valorização da cidadania, promoção de direitos humanos, valores éticos, qualidade de vida, promoção da equidade racial, de gênero e combate às discriminações?	0	4	8	12	16
2	Tempo de Atuação comprovada Sem comprovação: 0 pontos Até 01 ano: 4 pontos 02 a 04 anos: 8 pontos De 05 a 07 anos: 12 pontos Acima de 07 anos: 16 pontos	0	4	8	12	16

PONTUAÇÃO MÁXIMA: 32

- 10.3.** Cada proponente poderá receber no máximo **80** pontos na análise de mérito, somadas as notas atribuídas nos critérios de avaliação gerais e específicos.
- 10.3.1.** A nota de corte será de **40** pontos, ou seja, o proponente que não conseguir o mínimo de **40** pontos será automaticamente desclassificado.
- 10.3.2.** O cálculo das pontuações será realizado a partir da média das notas atribuídas pelos membros da banca de pareceristas.
- 10.3.3.** As propostas que atenderem aos critérios das pontuações extras, mencionadas no item **9.1**, poderão atingir pontuação final de até 100 (cem) pontos.
- 10.4.** Havendo empate, será selecionado o proponente com mais pontos nos critérios específicos **1** e **2** e critérios gerais **1, 2, 3**, nessa ordem.

- 10.4.1.** Perdurando o empate, o critério de desempate será o de candidatos residentes em território ou área de baixo IDH.
- 10.4.2.** Perdurando o empate, o critério de desempate será a idade e terá preferência o proponente de idade mais elevada.
- 10.4.3.** Perdurando o empate, o desempate será feito por sorteio.
- 10.5.** A análise das propostas culturais será realizada por comissão de seleção formada por uma banca de pareceristas, selecionada por meio de chamada pública pela Secretaria de Estado da Cultura.
- 10.6.** A comissão de seleção será coordenada por representante da Secretaria de Estado da Cultura ou entidade parceira ou contratada para execução dos editais.
- 10.7.** Estão impedidas de participar da comissão de seleção as pessoas que:
- a)** tenham interesse direto na iniciativa cultural;
 - b)** tenham participado como colaborador da iniciativa ou da inscrição neste edital, ou, ainda, tenham participado da instituição proponente nos últimos dois anos; e
 - c)** estejam em conflito de interesse judicial e administrativo com qualquer proponente ou com respectivo cônjuge ou companheiro/a.
- 10.7.1.** Semelhantes vedações se aplicam se tais situações ocorrerem com cônjuge, companheiro/a ou parente e afins até o terceiro grau;
- 10.7.2.** Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão e deixar de atuar imediatamente, sob o risco de nulidade de todos os atos já praticados.
- 10.8.** É possível apresentar recurso ao resultado da etapa de análise de mérito na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br em até **03 (três)** dias úteis, a contar da publicação do resultado.
- 10.8.1.** Os recursos apresentados após o prazo ou que tiverem por objeto o envio de documentos ou informações não encaminhadas anteriormente, serão desconsiderados.

- 10.8.2.** Os recursos poderão ser apresentados por escrito, em vídeo, áudio, em libras, ou em outros formatos acessíveis, não podendo exceder o tamanho de 100mb. Serão aceitos, preferencialmente, arquivos em formatos: mp3, aiff, mp4 e mov.
- 10.8.3.** Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de análise de mérito será divulgado na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.
- 10.9.** Serão convocados para a fase de habilitação os proponentes com as pontuações mais altas, em quantidade duas vezes maior que o número de vagas disponíveis em cada categoria deste edital. Ou seja:
- a)** Mestras e Mestres das Culturas Populares Tradicionais: até 70 proponentes;
 - b)** Reconhecimento de Trajetória Artística e Cultural: até 60 proponentes;
 - c)** Juventude Transformadora: até 48 proponentes.
- 10.10.** A convocação para a fase de habilitação representa mera expectativa de direito. Somente serão contemplados com a premiação os candidatos melhor pontuados dentro do número de vagas, conforme critérios deste edital.
- 11. HABILITAÇÃO**
- 11.1.** É a fase em que o proponente convocado na etapa anterior irá apresentar os documentos e se habilitar, cumprindo todos os critérios que permitam o recebimento do prêmio, se contemplado.
- 11.2.** A lista de documentos que precisam ser apresentados nesta etapa, em até **05 (cinco)** dias úteis após a publicação do resultado final da etapa de análise de mérito, é diferente para cada categoria de inscrição (pessoa física ou MEI), conforme descrito no **Anexo 01**.
- 11.2.1. Pessoa física:**
- a)** Documento pessoal com foto e número do CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
 - b)** Comprovante de residência atual como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras;

- c) Caso o proponente não seja titular das contas de residência, os responsáveis pelo imóvel podem apresentar uma declaração simples em favor do proponente (**Anexo 09**), acompanhada do comprovante de residência atual.

11.2.2. Microempreendedor Individual:

- a) Documento pessoal com foto e número do CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ([aqui](#)) (validade: 90 dias);
- c) Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) (exclusivo para MEI);
- d) Comprovante da sede da empresa atual como, por exemplo, contas de energia, água, telefone, internet, condomínio, IPTU, entre outras.

11.3. Na fase de habilitação, acontecerá também a aferição das autodeclarações, portanto os proponentes que vão concorrer às políticas afirmativas (cotas e pontuações extras) devem apresentar os seguintes documentos:

- a) Os agentes culturais negros (pretos e pardos) devem enviar as fotos que serão analisadas por uma banca de heteroidentificação. As fotos devem seguir as orientações contidas no **Anexo 11**.
- b) Os agentes culturais Pessoa com Deficiência devem apresentar algum dos seguintes documentos:
- i) Laudo médico que comprove a deficiência informada, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM). O documento deve ser legível e sem rasuras; ou
 - ii) Certificado da pessoa com deficiência; ou
 - iii) Comprovante de recebimento de benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência; ou
 - iv) Carteira de Identidade Diferenciada; ou
 - v) Cartão de Pessoa com deficiência; ou
 - vi) Carteira de identidade da pessoa com transtorno do espectro autista.
- c) Os agentes culturais indígenas devem apresentar declaração comprobatória de pertencimento étnico (**Anexo 05**) assinado por, no mínimo, 2 (duas) lideranças da aldeia. O documento será aferido por uma comissão formada por indígenas, contratada para desempenhar o processo de conferência.

- d) Os agentes culturais ciganos devem apresentar declaração comprobatória de pertencimento (**Anexo 05**) reconhecido por, no mínimo, 2 (duas) lideranças do rancho. O documento será aferido por uma comissão formada por ciganos, contratada para desempenhar o processo de conferência.
- e) Os agentes culturais quilombolas devem apresentar declaração comprobatória de pertencimento (**Anexo 05**) reconhecido por, no mínimo, 2 (duas) lideranças do território ou comunidade quilombola. O documento será aferido por uma comissão formada por quilombolas, contratada para desempenhar o processo de conferência.
- f) Os agentes culturais de terreiro de matriz afro-ameríndia devem apresentar declaração comprobatória de pertencimento (**Anexo 05**) reconhecido, por no mínimo, 2 (duas) lideranças do terreiro de matriz afro-ameríndia. O documento será aferido por uma comissão formada por lideranças de terreiro de matriz afro-ameríndia, contratada para desempenhar o processo de conferência.
- g) Os agentes culturais de pesca artesanal devem apresentar declaração da colônia de pescadores no qual a pessoa está inserida, a ser aferida por uma comissão contratada para desempenhar o processo de conferência.
- h) Os agentes culturais refugiados, apátridas e/ou migrantes no Rio Grande do Norte, devem apresentar documento oficial, provisório ou permanente, expedido pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Norte, reconhecendo o agente cultural como refugiado, apátrida ou migrante.
- i) Os agentes culturais em situação de rua poderão apresentar declaração de associações, organizações de movimento social, declaração de abrigos e assistentes sociais, entre outros documentos similares.
- j) No caso de agentes culturais mulheres (cis ou trans/travesti) e agentes culturais LGBTQIAPN+, não será realizada a verificação da autodeclaração na etapa de habilitação.
- k) A pontuação extra para pessoa idosa será validada por meio de documento de identificação com foto e CPF para verificação da data de nascimento.
- l) Os agentes culturais circenses terão as suas autodeclarações aferidas por meio da análise dos documentos comprobatórios de atuação profissional.

11.3.1. Os documentos comprobatórios de pertencimento baseiam-se nos modelos adotados por indicação das representações dos povos e comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte. Os diálogos entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação José Augusto (FJA) com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME),

Articulação dos Povos Indígenas do RN (APIRN) e com o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPPIR) estabeleceram como processo de aferição dos grupos afirmativos a autodeclaração (na etapa de inscrição) e a declaração comprobatória de pertencimento étnico e de povos e comunidades tradicionais e originários (na etapa de habilitação). Os documentos são determinantes para a validação e a habilitação das propostas enviadas para concorrência das cotas e pontuações extras das pessoas indígenas, ciganos, quilombolas e povos de terreiro de matriz afro-ameríndia e outros grupos.

- 11.3.2.** As declarações comprobatórias de pertencimento poderão ser apresentadas por áudio ou vídeo, ou em outros formatos acessíveis, não podendo exceder o tamanho de 100mb. Serão aceitos, preferencialmente, arquivos em formatos: mp3, aiff, mp4 e mov.

- 11.4.** A comprovação de residência será dispensada nas hipóteses de proponentes pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, circenses, parquistas ou que se encontrem em situação de rua. No lugar do comprovante de residência, esses proponentes devem apresentar a declaração de pertencimento.

- 11.5.** É possível apresentar recurso ao resultado da etapa de habilitação na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, em até **03 (três)** dias úteis a contar da publicação do resultado.
 - 11.5.1.** Os recursos poderão ser apresentados diretamente na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br por escrito, em vídeo, áudio, em Libras, ou em outros formatos acessíveis, não podendo exceder o tamanho de 100mb. Serão aceitos, preferencialmente, arquivos em formatos mp3, aiff, mp4 e mov.

 - 11.5.2.** Os proponentes que necessitarem de auxílio poderão entrar em contato pelo e-mail pnabrnpremiacao@secult.rn.gov.br ou pelo WhatsApp: **84 98614-4427**.

- 11.6.** Caso os documentos previamente apresentados demonstrem alguma irregularidade, o proponente pode apresentar recurso justificado em conjunto com esses documentos devidamente corrigidos.
- 11.7.** Os recursos apresentados após o prazo ou que tiverem por objeto o envio de documentos não encaminhados anteriormente no certame serão desconsiderados.
- 11.8.** Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.
- 11.9.** Os proponentes não selecionados dentro das vagas disponíveis, farão parte da lista de suplentes, podendo ser convocados caso haja vagas remanescentes.

12. RESULTADO FINAL

- 12.1.** Finalizada a fase de habilitação, o proponente selecionado deverá apresentar na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, em até **03 (três)** dias úteis a contar da publicação do resultado, os seguintes documentos:

a) Pessoa física:

- i)** Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União ([aqui](#)) (validade: 180 dias);
- ii)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ([aqui](#)) (validade: 30 dias);
- iii)** Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do proponente).

b) Microempreendedor Individual - MEI:

- i)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS) ([aqui](#)) (validade: 30 dias);
- ii)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ([aqui](#)) (validade: 180 dias);
- iii)** Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa a União ([aqui](#)) (validade: 180 dias);
- iv)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ([aqui](#)) (validade: 30 dias);
- v)** Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do proponente).

- 12.2.** O proponente que não apresentar as certidões solicitadas no prazo estabelecido ou que estiver em situação irregular em quaisquer certidões ou documentos entregues à Secretaria de Estado da Cultura, não poderá assinar o Termo de Premiação Cultural e será desclassificado do processo seletivo.
- 12.3.** As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
- 12.4.** No caso de desclassificação, será convocado o próximo proponente da lista de classificação, observando-se a quantidade de premiações, a distribuição de cotas, as categorias definidas nos prêmios e a divisão por regiões, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.
- 12.5.** Não receberão recursos deste edital os proponentes que se encontrem inadimplentes com órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal.

13. TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

- 13.1.** Após a conferência das certidões, os proponentes aprovados, serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural e receber o prêmio. Antes disso, o proponente deverá preencher um formulário online na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br, onde precisam constar os dados bancários da conta que receberá o recurso.
- a)** A conta bancária deve estar em nome do agente cultural proponente;
 - b)** O proponente pode informar dados bancários de uma conta já existente, sem necessidade da abertura de uma nova conta;
 - c)** Não serão aceitas contas bancárias que possuam mais de 9 dígitos (exceto o dígito da conta);
 - d)** O agente cultural deve informar os dados separadamente:
 - i.** Número da agência;
 - ii.** Dígito verificador da agência;
 - iii.** Número da conta;
 - iv.** Dígito verificador da conta.
- 13.1.1.** No caso de o proponente ser representante da mestra, mestre, artista, trabalhador da cultura ou jovem transformador, o responsável

deverá entregar, no ato da assinatura do Termo de Premiação Cultural, o Termo de Compromisso de Pagamento (**Anexo 10**), acordando que efetuará o pagamento ao beneficiário da premiação.

- 13.2. Recomenda-se que a conta bancária do proponente seja preferencialmente do Banco do Brasil, para que o recurso seja desembolsado no mesmo dia do depósito.
- 13.3. Caso a conta bancária do proponente seja de outra instituição financeira, seja pública ou privada, será necessário aguardar os prazos de compensação estabelecidos pelo Banco Central.
- 13.4. Após a convocação, o proponente deve assinar o Termo de Premiação Cultural na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br em até **03 (três)** dias úteis, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
- 13.5. O proponente receberá o recurso em uma única parcela, em conta bancária de sua titularidade (ou seja, em seu nome), que foi indicada na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. O proponente é responsável por acompanhar todas as etapas deste edital e observar os prazos, ficando impossibilitado de recorrer no caso da perda de algum prazo. Após a inscrição, o proponente deve, portanto, ficar atento a todas as publicações na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br e nos canais oficiais da Secretaria de Estado da Cultura.
- 14.2. Este edital e seus anexos estão disponíveis na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.
- 14.3. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e dos documentos encaminhados, isentando a Secretaria de Estado da Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 14.4. As iniciativas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, orientação sexual, cor, idade ou outras formas de discriminação, capacitismo ou incitação à violência serão desclassificadas,

com fundamento no inciso IV do caput do Art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

- 14.5.** Os documentos que necessitam de assinatura podem ser assinados de próprio punho (assinatura digitalizada ou impressa) ou por meio de certificação digital (que pode ser feita gratuitamente no portal Gov.br ([aqui](#))). Os agentes culturais ou terceiros não alfabetizados podem fazer uso da impressão digital.
- 14.6.** Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
- 14.7.** Se houver sobra de recurso neste edital, o saldo remanescente poderá ser utilizado para contemplar os/as proponentes com propostas selecionadas em outros editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB (Lei Nº 14.399/2022), publicados pela Secretaria de Estado da Cultura, priorizando aqueles com maior número de inscrições.
- 14.8.** A Secretaria de Estado da Cultura poderá, sempre que julgar necessário, diligenciar o proponente para a verificação dos documentos apresentados em qualquer etapa, por meio dos contatos cadastrados na plataforma www.maiscultura.rn.gov.br.
- 14.9.** No caso de identificação, a qualquer tempo, de irregularidades na documentação apresentada nas fases de inscrição e habilitação, o repasse de recursos poderá ser suspenso ou cancelado, mediante prévia comunicação ao proponente, estando sujeito às sanções civis, penais e administrativas eventualmente cabíveis, bem como da devolução dos recursos financeiros indevidamente recebidos e aplicados.
- 14.10.** Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a desclassificação do proponente.
- 14.11.** A inscrição do proponente implicará a aceitação das normas, prazos e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

- 14.12.** O pagamento dos recursos está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.
- 14.13.** Os recursos orçamentários necessários ao atendimento deste processo licitatório na modalidade concurso estarão de acordo com a Lei Orçamentária Anual da Secretaria de Estado da Cultura e com os recursos específicos transferidos para o Estado do Rio Grande do Norte oriundos da Lei Complementar nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), referente ao exercício financeiro de 2023. A indicação de Dotação Orçamentária será informada pelo Setor Financeiro da Secretaria de Estado da Cultura no decorrer da tramitação processual, após autorização do Ordenador de Despesas, e/ou no momento da assinatura do contrato ou instrumento jurídico equivalente.
- 14.14.** Os casos omissos porventura existentes ficarão a cargo da Secretaria de Estado da Cultura.
- 14.15.** Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail pnabrnpremiacao@secult.rn.gov.br ou pelo WhatsApp: **84 98614-4427**.
- 14.16.** Os seguintes anexos compõem este edital:

ANEXOS

- Anexo 01 - Lista de Documentos para Inscrição e Habilitação;
- Anexo 02 - Distribuição das vagas: categorias, cotas e território;
- Anexo 03 - Roteiro de inscrição;
- Anexo 04 - Autodeclaração para Políticas Afirmativas;
- Anexo 05 - Modelo de Declaração Comprobatória de Pertencimento Étnico e de Povos e Comunidades Tradicionais;
- Anexo 06 - Territórios ou áreas de baixo IDH;
- Anexo 07 - Lista dos editais PNAB RN;
- Anexo 08 - Carta de Anuência (para inscrição por representante);
- Anexo 09 - Declaração de Residência Atual por Terceiros;
- Anexo 10 - Termo de Compromisso de Pagamento (para inscrição por representante);
- Anexo 11 - Orientações das fotos que serão analisadas pela banca de heteroidentificação;
- Anexo 12 - Termo de Premiação Cultural.